

Alerta Legislação nº 40, de 2 a 7 out. 2017
Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

■ **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 97**

Altera a Constituição Federal para vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecer normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão e dispor sobre regras de transição.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
06/10/2017	<u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 52, DE 2017</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN , faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal , com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001 , a Medida Provisória nº 794, de 9 de agosto de 2017 , publicada em Edição Extra do Diário Oficial da União do mesmo dia, mês e ano, que "Revoga a Medida Provisória nº 772, de 29 de março de 2017 , a Medida Provisória nº 773, de 29 de março de 2017 , e a Medida Provisória nº 774, de 30 de março de 2017 ", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 5 de outubro de 2017 Senador EUNÍCIO OLIVEIRA Presidente da Mesa do Congresso Nacional
05/10/2017	<u>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 97</u> Altera a Constituição Federal para vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecer normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão e dispor sobre regras de transição.
04/10/2017	<u>LEI Nº 13.486, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera o art. 8º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre os deveres do fornecedor de higienizar os equipamentos e utensílios utilizados no fornecimento

	de produtos ou serviços e de informar, quando for o caso, sobre o risco de contaminação.
03/10/2017	<u>LEI Nº 13.485, DE 2 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e sobre a revisão da dívida previdenciária dos Municípios pelo Poder Executivo federal; altera a <u>Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999</u>; e dá outras providências.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.042, DE 2 DE OUTUBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Fica instituída a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos - PGRCI do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, na forma constante do Anexo a esta Portaria. (...)
Ministério da Defesa (MD)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 40/MD, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017</u> Aprova a Política de Gestão de Riscos da administração central do Ministério da Defesa (ACMD). ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS (EMCFA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/EMCFA/MD, DE 2 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre o acompanhamento dos setores estratégicos (nuclear, cibernético e espacial) definidos na Estratégia Nacional de Defesa e distribuídos, respectivamente, aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 6, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a regulamentação da avaliação, aprovação e fluxo de procedimentos para a concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências - RSC, aos Professores integrantes da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico oriundos dos Ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima, vinculados ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) <u>PORTARIA Nº 186, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Aprovar o Regulamento para Bolsas Internacionais no Exterior, constante como anexo desta Portaria.

	(...)
Ministério da Fazenda (MF)	CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ) → Secretaria Executiva <u>ATO COTEPE/ICMS Nº 59, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017</u> Divulga planilha eletrônica com informações gerais do regime da substituição tributária relativas ao Estado de São Paulo <u>ATO COTEPE/ICMS Nº 58, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017</u> Divulga planilha eletrônica com informações gerais do regime da substituição tributária relativas ao Estado de São Paulo <u>ATO COTEPE/ICMS Nº 57, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017</u> Divulga planilha eletrônica com informações gerais do regime da substituição tributária relativas ao Estado de São Paulo PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) <u>PORTARIA Nº 976, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera a Portaria PGFN nº 894, de 25 de agosto de 2017, para prorrogar o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), instituído pela Medida Provisória nº 793, de 31 de julho de 2017, e alterado pela Medida Provisória nº 803, de 29 de setembro de 2017, para os débitos administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. <u>PORTARIA Nº 970, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017</u> Altera a Portaria PGFN nº 690, de 29 de junho de 2017, para prorrogar o prazo de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), instituído pela Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, e alterada pela Medida Provisória nº 804, de 29 de setembro de 2017, para os débitos administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.750, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.710, de 7 de junho de 2017, que dispõe sobre o parcelamento de débitos perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativos a contribuições previdenciárias de responsabilidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, de que trata a Medida Provisória nº 778, de 16 de maio de 2017. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.749, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017</u> Altera a Instrução Normativa nº 1.728, de 14 de agosto de 2017, que regulamenta o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR), instituído pela Medida Provisória nº 793, de 31 de julho de 2017, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.748, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.711, de 16 de junho de 2017, que regulamenta o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) instituído pela Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.747, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017</u>

	Aprova o texto dos pareceres de classificação do Comitê do Sistema Harmonizado da Organização Mundial das Alfândegas(OMA).
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.566, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017</u> Institui Núcleo de Judicialização com a finalidade de organizar e promover o atendimento das demandas judiciais no âmbito do Ministério da Saúde. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) – Diretoria Colegiada (DC) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 2 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre os procedimentos de inspeção em Boas Práticas Clínicas para Ensaios Clínicos com Dispositivos Médicos em Investigação. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 2 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre procedimentos de inspeção em Boas Práticas Clínicas para ensaios clínicos com medicamentos. – Gerência-geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO - RE Nº 2.617, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto MOONOVIM VITAMINA – CRESCIMENTO CAPILAR, fabricado por empresa desconhecida e distribuído por Multihair Cosméticos Ltda (CNPJ 23.099.354/0001-30). (...) <u>RESOLUÇÃO - RE Nº 2.616, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da distribuição, comercialização e uso dos lotes fabricados antes de 26/04/2017 do produto FRALDA LIPPY BABY, fabricado por Jose Luiz P. C. Spacca - ME (CNPJ 17.757.544/0001-03). (...) <u>RESOLUÇÃO - RE Nº 2.615, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a proibição da distribuição, comércio e uso, bem como a apreensão em todo o território nacional das unidades dos lotes 00154/2016, 00155/2016 e 00158/2016 do cosmético MÁSCARA REDUTORA DE VOLUME ESCANDALOSA-MARIA ESCANDALOSA PROFISSIONAL encontrados no comércio. (...) <u>RESOLUÇÃO - RE Nº 2.614, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso de todos os lotes do produto cosmético CREME SEBO DE CARNEIRO PÉS, MÃOS E CORPO 240g fabricado pela empresa Istael Batista de Aquino Cizoski - ME (CNPJ 01.174.864/0001-92). (...) <u>RESOLUÇÃO - RE Nº 2.581, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017</u> (...)

	Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso dos lotes do produto saneante, ERVAMAX, fabricados por Cooperervas Indústria Comércio de extrato de Ervas Ltda.-ME. (CNPJ 16.105.175/0001-01). (...) <u>RESOLUÇÃO - RE Nº 2.580, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso dos lotes C7980 e C8036 do produto VICLOHEX CLEAR 0,12% - ENXAGUATÓRIO BUCAL, frasco plástico, fabricado por VIC Pharma Indústria e Comércio Ltda. (CNPJ 39.032.974/0001-92). (...) <u>RESOLUÇÃO - RE Nº 2.574, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto ZAFLISS PROTEMAIS TRATAMENTO TÉRMICO, fabricado pela empresa ZAFLISS COSMÉTICOS, CNPJ 04.608.673/0001-80, localizada na Rua Zeferino Ferraz, 589 - Vila Santa Terezinha - Franca - SP. (...) <u>RESOLUÇÃO - RE Nº 2.573, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso dos lotes fabricados entre 01/09/2016 e 26/07/2017 do produto SABONETE LÍQUIDO CORPORAL GLICERINA NEUTRO 240 ml, fabricado pela INDUSTRIA DE SABONETES AUGUSTO CALDAS LTDA (CNPJ 33.229.345/0001-70). (...) SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE (SGTES) <u>PORTARIA Nº 300, DE 5 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera a Portaria nº 30/SGTES/MS, de 12 de fevereiro de 2014, para reajustar de valores do fornecimento de moradia e alimentação e dá outras providências
Ministério das Cidades (MCidades)	SECRETARIA EXECUTIVA (SE) <u>PORTARIA Nº 557, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017</u> Estabelece cronograma de atividades para execução de operações de saneamento selecionadas na segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2.
Ministério dos Direitos Humanos	SECRETARIA NACIONAL DE CIDADANIA <u>PORTARIA Nº 69, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre o Modelo de Governança da Secretaria Nacional de Cidadania e institui o Comitê de Coordenação, Planejamento e Orçamento - CCP.

Ministério do Meio Ambiente (MMA)	CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA) <u>RESOLUÇÃO Nº 482, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a utilização da técnica de queima controlada emergencial como ação de resposta a incidentes de poluição por óleo no mar. <u>RESOLUÇÃO Nº 481, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Esta Resolução estabelece critérios e procedimentos para garantir o controle e a qualidade ambiental do processo de compostagem de resíduos orgânicos, visando à proteção do meio ambiente e buscando reestabelecer o ciclo natural da matéria orgânica e seu papel natural de fertilizar os solos. (...) INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) <u>PORTARIA Nº 624, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017</u> Atualizar a tabela de cobrança de ingressos de acesso às unidades de conservação federais, conforme anexo I e II desta Portaria. Processo nº 02070.012260/2016-03
Ministério do Trabalho	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>NORMA OPERACIONAL Nº 1, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a execução dos Projetos de Qualificação no âmbito do Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - QUALIFICA BRASIL CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR (CODEFAT) <u>RESOLUÇÃO Nº 797, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera a Resolução do CODEFAT nº 783, de 26 de abril de 2017, que reestrutura o Plano Nacional de Qualificação - PNQ, que passa a denominar-se Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - QUALIFICA BRASIL, voltado à promoção de ações de qualificação e certificação profissional no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
07/10/2017	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.312, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a concessão de revisão geral anual prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com a <u>Lei nº 12.680, de 16 de julho de 2007</u> <u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.311, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a reclassificação dos salários fixados pelos Anexos IV e V a que se referem os incisos IV e V do artigo 25-A, da <u>Lei complementar nº 1.044, de 13 de maio de 2008</u>, e dá providências correlatas

	<u>LEI Nº 16.544, DE 06 DE OUTUBRO DE 2017</u> (Projeto de lei nº 560, de 2016, do Deputado Carlos Bezerra Jr. – PSDB) Institui a Política Estadual de Atenção Específica para a População em Situação de Rua no Estado de São Paulo <u>DECRETO Nº 62.871, DE 6 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a suspensão, no corrente exercício, da aplicação do disposto no artigo 5º do Decreto nº 25.013, de 16 de abril de 1986(*), aos servidores em exercício na Secretaria da Administração Penitenciária que especifica e dá providências correlatas (*) <i>Fixa orientação para pagamento de períodos de férias não gozadas por absoluta necessidade do serviço e/ou de licenças-prêmio, não usufruídas ou não utilizadas para qualquer efeito legal.</i>
05/10/2017	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.310, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera a Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado (...) "Artigo 68-A - O funcionário poderá afastar-se do Estado para atuar em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere, mediante autorização expressa do Governador, com prejuízo dos vencimentos e demais vantagens do cargo." (...) <u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.309, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera a Lei Complementar nº 898, de 13 de julho de 2001, que institui no Quadro da Secretaria da Administração Penitenciária a classe de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária, e a Lei Complementar nº 959, de 13 de setembro de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da carreira de Agente de Segurança Penitenciária <u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.308, DE 04 DE OUTUBRO DE 2017</u> Altera a Lei Complementar nº 1.247, de 27 de junho de 2014, que institui a Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Penitenciário - DEJEP aos integrantes da carreira de Agente de Segurança Penitenciária em exercício na Secretaria de Administração Penitenciária e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 62.869, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017</u> Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades de São Vicente - AME São Vicente, e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 62.868, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017</u> Autoriza a abertura de licitação e aprova o Regulamento da Concessão Onerosa dos Serviços Públicos de Exploração do Sistema Rodoviário definido por Lote Rodoanel Norte, na forma que especifica
04/10/2017	<u>DECRETO Nº 62.867, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a centralização das operações de natureza financeira da Administração Direta e Indireta do Estado, regulamenta a atividade de agente financeiro do Tesouro Estadual e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 62.866, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017</u>

	Autoriza os Secretários de Estado e o Procurador Geral do Estado a permitir o uso, a título precário e por prazo indeterminado, em favor do agente financeiro do tesouro estadual de partes ou dependências de imóveis para as finalidades que especifica (...) Artigo 1º - Ficam os Secretários de Estado e o Procurador Geral do Estado autorizados a permitir o uso, a título precário e por prazo determinado, em favor do agente financeiro do tesouro estadual, de partes ou dependências de imóveis sob administração das respectivas Pastas e da Procuradoria Geral do Estado, próprios ou de terceiros, ocupados por órgãos da administração direta, autárquica ou fundacional, para o fim de instalação de Agências, Postos de Atendimento – PAs e/ou Postos de Atendimento Eletrônico – PAEs da referida instituição financeira. (...) <u>DECRETO Nº 62.861, DE 3 DE OUTUBRO DE 2017</u> Suspende o expediente nas repartições públicas estaduais no dia 13 de outubro de 2017, e dá providências correlatas
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Agricultura e Abastecimento (SAA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAA - 52, DE 3-10-2017</u> Aprova o regulamento técnico de identidade, o padrão de qualidade e os requisitos do processo de beneficiamento do mel, destinado ao consumo humano elaborado pelas abelhas da subfamília <i>Meliponinae</i> (<i>Hymenoptera, Apidae</i>), conhecidas como abelhas sem ferrão
Cultura (SC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SC-51, DE 6-10-2017</u> Convocação Pública a que alude o artigo 6º, § 3º, da Lei Complementar Estadual 846, de 04-06-1998(*) (*) Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e dá outras providências.
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 46, DE 4-10-2017</u> Dispõe sobre atendimento escolar a alunos dos anos finais do Ensino Fundamental da Comunidade Quilombola de Bombas, e dá providências correlatas

Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SAA/SEFAZ 01, DE 02-06-2017</u> Institui a gratuidade na consulta pontual ao valor da terra nua e de imóveis rurais com benfeitorias, para efeito da determinação da base de cálculo do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) <u>RESOLUÇÃO SF 86, DE 02-10-2017</u> Dispõe sobre a revisão dos valores da despesa diária de condução COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>INSTRUÇÃO 00001/DDPE, DE 04-10-2017</u> (...) Artigo 1º - O Comunicado de Ocorrência deve ser utilizado para informar situações que impliquem sustação, redução ou reposição de pagamento de vencimentos/vantagens de servidores, nos termos da legislação em vigor, observando-se o Roteiro de Utilização (Anexo I), para acesso por meio eletrônico, e o Roteiro de Preenchimento (Anexo II), para formulário em papel. (...) <u>PORTARIA CAF-G 00026, DE 29-09-2017</u> (...) Art. 1º - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referentes ao mês de SETEMBRO/2017 cujo processamento está afeto ao Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE estarão disponíveis na rede bancária no dia 06-10-2017 Art. 2º - O Departamento de Finanças do Estado - DFE transferirá os recursos financeiros às Fundações e Autarquias Estaduais, na conformidade do disposto no artigo anterior. (...)
Governo (SG)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG-10, DE 6-10-2017</u> Dispõe sobre a definição, e os critérios de apuração e avaliação, dos indicadores do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - Iamspe, bem como suas metas e linhas de base para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR a seus servidores, a que se refere a LC 1.079-2008, no exercício de 2016 Comunicado <u>EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO 7-2017</u> Aprofundamento de estudos para implantação, operação e manutenção de um novo centro de abastecimento e entreposto de alimentos na Região Metropolitana de São Paulo com o objetivo de subsidiar processo licitatório de concessão à iniciativa privada.
Habitação (SH)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SH-47, DE 5-10-2017</u> Designa Comissão Especial de Licitação para julgamento da Concorrência Internacional 001/2017 cujo objeto é a concessão administrativa destinada à implantação de 13.100 Habitações de Interesse Social e Habitações de Mercado Popular na área denominada Fazenda Albor e a prestação de serviços de desenvolvimento de Trabalho Social de Pré e Pós-ocupação, de Apoio à Gestão

	Condominial, Gestão de Carteira de Mutuários, Manutenção Predial e Manutenção do Sistema de Espaços Livres
Meio Ambiente (SMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA - 120, DE 5-10-2017</u> Constitui Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar propostas de modernização dos Institutos ligados ao Sistema Ambiental Paulista, e dá outras providências
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 88, DE 6-10-2017</u> Dispõe sobre a realização de Convocação Pública a que alude o § 3º, do Artigo 6º, da Lei Complementar - 846, de 04-06-1998 (*) e dá providências decorrentes. <i>(*) Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e dá outras providências.</i> <u>RESOLUÇÃO SS - 87, DE 5-10-2017</u> Estabelece a transferência, mediante adesão, de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referentes ao Programa "São Paulo pela Primeiríssima Infância" e dá providências correlatas.
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA ↳ Pró-Reitorias ↳ ↳ Pró-Reitoria de Pesquisa (CoPq) <u>RESOLUÇÃO COPQ-7406, DE 3-10-2017</u> Dispõe sobre o Programa de Pós-Doutorado da USP
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP-73, DE 4-10-2017</u> Estabelece normas para a concessão de Bolsas de Extensão Universitária, coordenada pela Próreitoria de Extensão Universitária - Proex, destinada a estudantes de graduação da Unesp que atuam em Extensão Universitária na Unesp
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
07/10/2017	MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 560, DE 2016</u> Mensagem A-nº 101/2017 do Senhor Governador do Estado São Paulo, 06 de outubro de 2017 (...) De iniciativa parlamentar, a proposição objetiva instituir a "Política Estadual de Atenção Específica para a População em Situação de Rua" (...) DOE, Legislativo, 07/10/2017, p. 11 PROJETOS DE LEI

	PROJETO DE LEI Nº 935, DE 2017 Institui a obrigatoriedade do controle e tratamento do chorume nos sistemas de disposição final de resíduos e rejeitos, vazadouros, aterros controlados e aterros sanitários bem como a remediação de vazadouros no estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 07/10/2017, p. 12 PROJETO DE LEI Nº 930, DE 2017 Dispõe sobre a criação do Painel Paulista de Obras e Serviços Públicos, em endereço eletrônico próprio e disponível para acompanhamento <i>online</i> e dá demais providências DOE, Legislativo, 07/10/2017, p. 11
06/10/2017	SUPLEMENTO EXPEDIENTE DA 140ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA AOS 28 DE SETEMBRO DE 2017 PROJETO DE LEI Nº 902, DE 2017 <u>PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018</u> PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 926, DE 2017</u> Dispõe sobre a instalação de um restaurante do Programa Bom Prato no município de Itapeva.. DOE, Legislativo, 06/10/2017, p. 9
05/10/2017	PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO <u>PROPOSTA DE EMENDA Nº 5, DE 2017, À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO</u> Dá nova redação ao Inciso VII, do Artigo 180, à Constituição do Estado, e acrescenta o parágrafo 4º a este artigo. DOE, Legislativo, 05/10/2017, p. 12 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 924, DE 2017</u> Dispõe sobre a responsabilidade das empresas concessionárias de rodovias pela manutenção asfáltica de vias de acesso, com trechos de até 10 (dez) quilômetros, às cidades interligadas por essas rodovias e dá outras providências. DOE, Legislativo, 05/10/2017, p. 14 <u>PROJETO DE LEI Nº 922, DE 2017</u> Dispõe sobre a classificação indicativa em exposições e mostras de artes visuais no âmbito do Estado de São Paulo, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 05/10/2017, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 921, DE 2017</u> Mensagem A-nº 100/2017, do Sr. Governador do Estado Autoriza o Poder Executivo a renegociar as operações de crédito firmadas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ao amparo do artigo 2º da Lei Complementar federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016. DOE, Legislativo, 05/10/2017, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 920, DE 2017</u>

	Mensagem A-nº 99/2017, do Sr. Governador do Estado Autoriza o Poder Executivo a celebrar termos aditivos aos contratos firmados com a União, com base na Lei federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, para adoção das condições estabelecidas pelas Leis Complementares federais nº 148, de 25 de novembro de 2014, e nº 156, de 28 de dezembro de 2016. DOE, Legislativo, 05/10/2017, p. 13
04/10/2017	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 28, DE 2017</u> Cria a Controladoria Geral da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 04/10/2017, p. 14 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 919, DE 2017</u> Acrescenta dispositivo à Lei 6.374, de 01 de março de 1989, estabelecendo normas de tributação para compra de arma de fogo por agentes responsáveis pela aplicação da lei. DOE, Legislativo, 04/10/2017, p. 15 <u>PROJETO DE LEI Nº 914, DE 2017</u> Dispõe sobre a Política de Incentivo à Literatura Digital DOE, Legislativo, 04/10/2017, p. 15 <u>PROJETO DE LEI Nº 913, DE 2017</u> Dispõe sobre a criação do Ingresso/<i>Ticket</i> Social no Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 04/10/2017, p. 15 TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA <u>COMUNICADO GP Nº 32/2017</u> O Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, torna público levantamento efetuado em relação à tramitação de processos versando sobre Exames Prévios de Edital, contemplando: 1. REGRAS EDITALÍCIAS REITERADAMENTE IMPUGNADAS COM JULGAMENTO DE PROCEDÊNCIA E DETERMINAÇÃO DE CORREÇÕES 2. RESUMOS DAS DECISÕES PROFERIDAS A RESPEITO DAS MATÉRIAS QUE MAIS SE REPETIRAM DENTRE AS ACIMA ELENCADAS 3. EDITAIS DE LICITAÇÃO FREQUENTEMENTE QUESTIONADOS, ELENCADOS POR OBJETO. Aludido repertório abrange as previsões editalícias mais comumente criticadas, as decisões proferidas e transitadas em julgado, com determinação de correções, e os números dos correspondentes processos. Foram também relacionados os objetos licitatórios mais impugnados, acompanhados dos números dos respectivos processos, da relatoria e das datas de julgamento, possibilitando que se identifiquem nesses certames as questões mais relevantes. As informações se referem ao período de julho a dezembro de 2015 e servirão de fonte de orientação aos jurisdicionados, como também aos Órgãos Técnicos da Casa, com o objetivo de aperfeiçoar o tratamento

	de tão importante assunto. Ademais, estarão disponíveis para consulta na Intranet e Internet (www.tce.sp.gov.br). Publique-se. São Paulo, 02 de outubro de 2017. Sidney Estanislau Beraldo Presidente
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
06/10/2017	<u>DECRETO Nº 57.916, DE 5 DE OUTUBRO DE 2017</u> Disciplina o Carnaval de Rua da Cidade de São Paulo.
05/10/2017	<u>LEI Nº 16.703, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017</u> (Projeto de Lei nº 367/17, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo) Disciplina as concessões e permissões de serviços, obras e bens públicos que serão realizadas no âmbito do Plano Municipal de Desestatização – PMD; introduz alterações na Lei nº 16.211, de 27 de maio de 2015.
03/10/2017	<u>DECRETO Nº 57.906, DE 1º DE OUTUBRO DE 2017</u> Regulamenta a Lei nº 15.679, de 21 de dezembro de 2012, que criou o Fundo Municipal do Idoso – FMID.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107